

COLONIALIDADE NA AMÉRICA LATINA E A DESCOMPARTIMENTALIZAÇÃO DO SABER

Coloniality in Latin America and the decompartmentalization of knowledge

Bernardo Salgado Rodrigues

*Talita Estrella Figueira Figueiredo**

Cite este artigo: RODRIGUES, Bernardo Salgado, FIGUEIREDO, Talita Estrella Figueira. Colonialidade na América Latina e descompartmentalização do saber. Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.82-97, Dezembro. 2012. Semestral. Disponível em: < www.habitus.ifcs.ufrj.br >. Acesso em: 30 de Dezembro. 2012.

Resumo: O modo de pensar e agir na América latina é, ainda hoje, influenciado pelos centros hegemônicos de poder, pela colonialidade. A busca por alternativas locais e regionais que engendrem uma descompartmentalização do saber e um pensamento transdisciplinar compartilhado é um anseio para que a autonomia teórica, prática e científica na região sejam concretizadas. O presente trabalho tem por objetivo mostrar o surgimento da transdisciplinaridade, bem como a necessidade de seu uso no modo de pensar contemporâneo, principalmente na América Latina. Logo, no decorrer do estudo, algumas teorias que abordam tal tema serão sistematizadas para que, ao final, se confirme a emergência de uma mudança no cenário acadêmico.

Abstract: The way of how to think and to act in Latin America is still influenced by the hegemonic centers of power, by the coloniality. The search for local and regional alternatives that provide a decompartmentalization of knowledge and a shared transdisciplinary thinking is a yearning for a theoretical, practical and scientific autonomy in the region. This paper aims to show the emergence of transdisciplinarity, as well as the need for its use in contemporary thinking, mostly in Latin America. Thus, during the study, some theories that address this theme will be systematized, so that in the end, the emergence of a change in the academic setting can be confirmed.

Palavras-chave: ciências sociais, colonialidade, América Latina, saber científico, transdisciplinaridade.

Keywords: social sciences, coloniality, Latin America, scientific knowledge, transdisciplinarity.

Aplicada de maneira específica à experiência histórica latino-americana, a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o

que reflete. Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. (...) Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida. (...) Conseqüentemente, é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos.

Anibal Quijano. (2005. p.227-280)

1. Introdução

O presente trabalho, na busca de contribuir para os questionamentos da atualidade, se concentra na construção teórica do conceito de colonialidade, buscando apresentar o passado histórico de formação das ciências sociais na contemporaneidade, assim como de sua influência na América Latina; portanto, o intento fundamental se articula a partir de um balanço histórico da constituição das ciências sociais, assim como da influência da colonialidade europeia e, posteriormente, norte-americana, nessa formação e como, até a atualidade, possui influência no modo de pensar e agir na América Latina; logo, algumas alternativas acerca da resistência do pensamento social crítico latino-americano também serão apresentados.

Portanto, se analisará um processo que busca a descompartmentalização do saber, com novas perspectivas para o pensamento social contemporâneo, através de um compartilhamento de saberes, ensejando novos debates metodológicos e epistemológicos, assim como dos desafios que são impostos para uma nova construção epistemológica das ciências. Um balanço teórico de todo o trabalho será realizado, assim como perspectivas para a nova realidade mundial, onde a transdisciplinaridade poderá ser uma alternativa para a criação do pensamento mundial mais compartilhado e integrado, a fim de que se possa pensar realidades, tanto locais, como globais.

2. Formação das ciências sociais

Esta parte do trabalho busca delinear a formação das ciências sociais, as causas e conseqüências do momento histórico de sua criação, assim como as influências hegemônicas – que fizeram com que as ciências sociais, na sua própria formação, possuissem características intrínsecas dos centros hegemônicos de poder – e as possibilidades que os novos acontecimentos estruturais e conjunturais na contemporaneidade ensejam para que uma nova articulação do modo de pensar, agir, fazer e compreender as ciências sociais seja efetivada.

O surgimento de novas disciplinas a partir do século XIX esteve ligado à Revolução Industrial e à vinculação, cada vez maior, entre as ciências e as engenharias com a produção e a divisão progressiva do trabalho manual e intelectual. Assim, se criaram disciplinas no interior de cada especialidade, em uma dinâmica crescente de divisão de campos de estudo e produção de conhecimento. Esta divisão do trabalho intelectual teve efeitos positivos ao permitir alcançar maior rigor e precisão no conhecimento dos fenômenos, com os quais se conseguiu também um

avanço enorme do conhecimento científico, que cresceu como nunca antes na história da humanidade.

A primeira problemática do presente trabalho surge quando a separação disciplinar, apesar de suas virtudes – como uma maior especialização – provoca problemas de falta de comunicação que afetam o conhecimento profundo da própria realidade que pretende compreender e transformar, mascarando suas causas e fazendo com que o intento de novas formulações epistemológicas e teóricas integradas sejam prejudicadas.

Um tipo de colonialismo mental marcou durante muito tempo o pensamento social, o fazer acadêmico e o desenvolvimento das universidades e dos centros de pesquisa científica na região latino-americana, em grande parte encorajado pelas elites dominantes locais das nascentes repúblicas na região durante o século XIX, que renunciaram à possibilidade de produzir conhecimento local. Segundo esta visão, a produção teórica e de conhecimento local era inútil e desnecessária, pois existia um conhecimento universal que se podia importar da Europa e, posteriormente, dos Estados Unidos. Sob esta lógica, as universidades foram concebidas como centros de difusão de teorias alheias às realidades nacionais e regionais latino-americanas, e se constituíram alheias às lutas sociais em diferentes momentos da história da região.

O informe da Comissão Gulbenkian, cujas conclusões e formulações teóricas se encontram no livro *Abrir las ciencias sociales*, de Immanuel Wallerstein (1996, p.3-36), coloca que o fato de que as ciências sociais construídas na Europa e nos Estados Unidos durante o século XIX foram eurocêntricas não é, em si, surpreendente, uma vez que isto ocorreu em um contexto no qual a Europa havia conquistado o mundo política e economicamente, em grande parte, a partir de um enorme avanço tecnológico, que logicamente devia se atribuir à existência de uma ciência superior e a uma visão superior do mundo. Entretanto, na América Latina, a assimilação e validação universal das ciências sociais européias e estadunidenses somente podem ser entendidas caso se analise este processo no contexto de um sistema de poder profundamente colonial e colonialista, no qual o caráter de dependência – primeiramente europeu, e posteriormente estadunidense – busca explicar as causas dessa assimilação científica.

Entretanto, o pensamento crítico latino-americano busca uma ruptura com esta metodologia epistemológica centrada em, basicamente, dois pólos de saber no mundo, uma vez que a nova configuração do sistema-mundo se modificou, ensejando novas oportunidades de compreensão da realidade que não mais sejam centrados nos antigos pólos de poder mundial; não se afirma que esses centros de conhecimento não devam ser utilizados, que não tenham sua devida importância na conjuntura atual; o que se preconiza é que novos centros de pensamento social devem ser incorporados – não somente latino-americanos, mas inclusive orientais, africanos, resgate de correntes históricas milenares – para que uma captação dos diferentes modos de ver o mundo e de pensá-lo possa ser realizada e difundida, discutida e criticada, incorporada e estudada.

Logo, historicamente, a ciência passa a definir-se como a busca de leis naturais universais válidas para qualquer tempo histórico e espaço geográfico, onde o conhecimento é universal e se aplica para todos os fenômenos da natureza, mesmo aqueles que se desconhecem. Logo, o sistema de conhecimento é fechado. Assim, a ciência assume sua condição de conhecimento certo e sistema explicativo universal, inclusive daquilo que não se possui nenhuma base cognoscível. O desconhecido se inclui, por princípio, no campo do conhecido e se explica a partir de suas leis universais. Wallerstein (1996, p.5-8) sustenta que estes princípios continuam marcando profundamente grande parte das ciências sociais contemporâneas, e que, a necessidade de uma mudança nesses parâmetros é imprescindível.

Wallerstein (1996, p.16) afirma que durante o século XIX as ciências sociais se desenvolveram principalmente em cinco locais do Ocidente: França, Alemanha, Grã Bretanha, Itália e os Estados Unidos. Nestes cinco países concentrou-se a maior parte dos estudiosos e universidades nesta área de conhecimento, dedicados principalmente a estudar as suas realidades e, por muitas vezes, ampliá-las a nível mundial de entendimento e compreensão, como se as suas realidades locais pudessem explicar as realidades universais de todo o globo, inutilizando, substituindo e obstruindo a formação de um pensamento das outras localidades.

Nestes cinco países produziu-se grande parte dos estudos que até os dias de hoje fazem parte do repertório acadêmico das universidades nas principais regiões do mundo, assim como na América Latina. Toda a densa produção filosófica e científica fora dos cânones que as ciências sociais ainda dominantes impõem, e fora destes cinco países é, ainda atualmente, um repertório pouco conhecido e estudado. Há a necessidade de mudança deste paradigma, que enseje a abertura a novos saberes localizados em distintas regiões do planeta, no qual um diálogo não coercitivo entre os diversos ramos de saber, de diferentes espaços geográficos, possa inserir-se num debate que viabilize uma maior compreensão das especificidades do mundo contemporâneo, assim como uma maior captação das realidades fora destes centros de poder acadêmicos.

Em uma contextualização histórica da formação das disciplinas, Wallerstein (1996, p.17-23) afirma que todas possuíam um caráter distinto de ação. No que se refere a sociologia, somente a partir da segunda metade do século XIX ela se desenvolve como disciplina independente, relacionada ao positivismo e localizada no campo nomotético. Segundo seu criador, Augusto Comte, a sociologia constituía o fim único e essencial de toda ciência positiva, e junto com a Matemática, Astronomia, Física, Química e Biologia, constituía uma das seis ciências fundamentais.

No mesmo centro de discussão, no texto *O tempo, a duração e o terceiro não excluído: reflexões sobre Braudel e Prigogine*, Wallerstein (2003, p.71-80) realiza uma comparação entre a flecha do tempo de Prigogine, e a longa duração de Braudel, no qual ambos significaram mudanças significativas em suas determinadas áreas de saber, o primeiro na química/física, o segundo no estudo histórico. Discorre, concomitantemente, acerca da problemática que se encontra no centro da divisão entre ciências e humanidades, no qual constata o surgimento histórico das ciências sociais como uma espécie de terceira cultura, em alguns casos mais

próxima das ciências naturais e da postura nomotética, empenhada na busca de leis universais e em outros, como o caso da história, dedicada ao estudo das realidades sociais a partir de uma perspectiva mais ideográfica, preocupada com o estudo das histórias locais.

Logo, até 1945, as disciplinas que hoje em dia constituem as ciências sociais, institucionalizadas na maioria das universidades do mundo, constituíam uma espécie de terceira cultura, entre as ciências naturais que estudavam os sistemas não-humanos, e as humanas que estudavam a produção cultural, mental e espiritual das sociedades humanas chamadas civilizadas. As ciências sociais hoje conhecidas foram, na realidade, uma construção específica que a partir de um forte aparato político e ideológico de dominação e colonização, se apresentou e se impôs como universal e como produto da humanidade como um todo.

O período pós Segunda Guerra Mundial parecia questionar profundamente a ideia da civilização ocidental como panacéia do desenvolvimento da humanidade. Isto produziu condições para mudanças nas práticas e posições intelectuais dos cientistas sociais, gerando brechas com grande potencial de crescimento entre os cientistas sociais e as organizações e instituições formais das ciências sociais. Um novo repertório de objetos de estudo surgiria junto com um esforço teórico e metodológico a partir de uma postura crítica em várias áreas das ciências sociais e da história, como o pensamento social crítico latino-americano.

A parte subsequente busca analisar a colonialidade do saber latino-americano e as perspectivas e alternativas que se encontram presentes para que uma emancipação do conhecimento, do saber e da ciência estejam livres de qualquer imposição, dominação e subordinação.

3. Colonialidade do saber

Uma das análises mais construtivas e originais acerca do tema da colonialidade é a de Aníbal Quijano (1992, p.437-449). Em uma definição do que consistiria o atual padrão de poder mundial, o autor afirma que consiste na articulação entre: 1) a colonialidade do poder, isto é, a idéia de “raça” como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social; 2) o capitalismo, como padrão universal de exploração social; 3) o Estado como forma central universal de controle da autoridade coletiva e o moderno Estado-nação como sua variante hegemônica; 4) o eurocentrismo como forma hegemônica de controle da subjetividade/intersubjetividade, em particular no modo de produzir conhecimento.

Para o presente trabalho, o eurocentrismo será o único dos quatro elementos focado. Quijano (1992, p.437-449) afirma que ele consiste na perspectiva de conhecimento que foi elaborada sistematicamente a partir do século XVII na Europa, como expressão e como parte do processo de eurocentralização do padrão de poder colonial/moderno/capitalista. Em outros termos, como expressão das experiências de colonialismo e de colonialidade do poder, das necessidades e experiências do capitalismo e da eurocentralização de tal padrão de poder. Foi mundialmente imposta e admitida nos séculos seguintes, como a única racionalidade legítima.

Em todo caso, como a racionalidade hegemônica, o modo dominante de produção de conhecimento.

O fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza levou-os também a pensar-se como os modernos da humanidade e de sua história, isto é, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie.

Mas já que ao mesmo tempo atribuíam ao restante da espécie o pertencimento a uma categoria, por natureza, inferior e por isso anterior, isto é, o passado no processo da espécie, os europeus imaginaram também serem não apenas os portadores exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas. O notável disso não é que os europeus se imaginaram e pensaram a si mesmos e ao restante da espécie desse modo – isso não é um privilégio dos europeus – mas o fato de que foram capazes de difundir e de estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder, segundo o autor.

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Em outras palavras, não se refere a todos os modos de conhecer de todos os europeus e em todas as épocas, mas a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica, colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa, como no resto do mundo.

Vale ressaltar que, definitivamente no pós Segunda Guerra Mundial, esse modelo europeu fora transplantado para o novo centro de poder mundial, os Estados Unidos, que buscaram realizar os mesmos ditames de universalidade do pensamento que outrora o eurocentrismo realizara.

Aníbal Quijano (2005, 227-280) alerta, portanto, que a colonialidade é ainda o modo mais geral de dominação no mundo atual, uma vez que o colonialismo, como ordem político explícito, foi destruído. Para ele, mesmo que o colonialismo político tenha sido eliminado, a relação entre a cultura européia – e a norte-americana, vale frisar – e as outras segue sendo uma relação de dominação colonial, tratando-se de uma colonização das outras culturas, mesmo que em diferente intensidade e profundidade segundo os casos específicos e vicissitudes. Consiste em uma colonização do imaginário dos dominados, atuando na interioridade desse imaginário.

Os colonizadores impuseram também uma imagem mistificada de seus próprios padrões de produção de conhecimentos e significações. Os colocaram primeiro longe do acesso dos dominados. Mais tarde, os ensinaram de modo parcial e seletivo, para cooptar alguns dominados em algumas instâncias do poder dos dominadores. Então a cultura européia se converteu, além do mais, em uma sedução; dava acesso ao poder. A europeização cultural se converteu, portanto, em uma aspiração, passando a ser um modelo cultural universal, segundo a análise de Quijano. (1992, p.437-449)

Logo, dentro desses marcos, a necessidade seria a de uma reconstrução epistemológica, no qual, o que se refere à descolonização, seria essencial, segundo Quijano, (1992, p.437-449) libertar a produção do conhecimento, da reflexão e da comunicação, tanto da racionalidade, quanto da modernidade européia. Ainda para o autor, a única alternativa viável é clara: a destruição da colonialidade do poder mundial.

De início, a descolonização epistemológica para dar espaço a uma nova comunicação intelectual, a uma troca de experiências e de significações, como a base de outra racionalidade que possa pretender, com legitimidade, alguma universalidade. Pois nada menos racional, finalmente, que a pretensão de que a específica cosmovisão de uma etnia particular seja imposta como a racionalidade universal, mesmo que tal etnia se chame Europa Ocidental. Porque isso, na verdade, é pretender para um “continentalismo” o título de universalidade.

Para ele, a descolonização é o piso necessário de toda revolução social profunda. Enquanto essas condições não forem removidas, a soberania nacional não pode consistir na defesa dos interesses do Estado. No caso específico da América Latina, o nacionalismo latino-americano foi concebido sob uma perspectiva eurocêntrica de Estado-nação, como uma lealdade a uma identidade estabelecida ou assumida pelos beneficiários da colonialidade do poder, a despeito dos interesses dos explorados/dominados pelo colonialismo.

Entretanto, a resistência intelectual a essa perspectiva histórica não tardou em emergir. Na América Latina, desde fins do século XIX, mas se afirmou, sobretudo, durante o século XX e perdura até os dias atuais, no qual muitos autores latino-americanos se preocupam com essa questão essencial para uma emancipação epistemológica.

Outro autor latino-americano que se aprofundou no assunto foi Edgardo Lander (2005, 21-54). Segundo ele, às sucessivas separações ou partições do mundo “real” que se realizam historicamente na sociedade ocidental – preconizadas pelos europeus e posteriormente pelos norte-americanos – e as formas como se constrói o conhecimento sobre as bases desse processo de sucessivas separações, assim como a forma como se articulam os saberes modernos com a organização do poder, especialmente as relações coloniais/imperiais de poder constitutivas do mundo moderno, constituem dimensões que servem de sustentáculo para uma construção discursiva neutralizadora das ciências sociais e dos saberes sociais modernos.

A conquista ibérica do continente americano desponta como base fundamental, como o momento inaugural dos dois processos que se articulam: a modernidade e a organização colonial do mundo. Com o início do colonialismo na América inicia-se não apenas a organização colonial do mundo, mas – simultaneamente – a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário. Logo, a organização, a dominação, a submissão imposta pelos colonizadores não fora somente de recursos estratégicos ou de aniquilamento das populações locais; se encontra, até a atualidade, presente na forma como o pensamento, o saber é criado, realizado, no modo como as interações entre as pessoas perpassam por uma língua outrora distante, uma memória civilizacional exógena, um imaginário social que não é “nativo”.

Os países europeus, ao constituírem a noção de universalidade a partir da sua experiência particular e realizar a leitura da totalidade do tempo e do espaço da experiência humana do ponto de vista dessa particularidade, instituíram uma universalidade radicalmente excludente, vulgarmente tida como única, universal, no qual todos os demais países deveriam seguir seus paradigmas. O autor afirma ainda que esta é uma construção eurocêntrica, que pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal. Mas é ainda mais que isso. Este metarrelato da modernidade é um dispositivo de conhecimento colonial e imperial em que se articula essa totalidade de povos, tempo e espaço como parte da organização colonial/imperial do mundo.

Logo, afirmando e ratificando esse caráter universal dos conhecimentos científicos eurocêntricos, os estudos de todas as demais culturas e povos a partir da experiência moderna ocidental contribuíram, desta maneira, para ocultar, negar, subordinar e/ou extirpar toda experiência ou expressão cultural que não corresponda a esse dever ser que fundamenta as ciências sociais

Entretanto, há de ressaltar que movimentos contrários a essa especificidade da subordinação eurocêntrica no pensamento social mundial se encontram ativos na América Latina, assim como é intento deste trabalho uma busca de novos modelos de formação do conhecimento social, livre das amarras homogêneas e universais. No pensamento social latino-americano, seja do interior do continente ou de fora dele, produziu-se uma ampla gama de buscas, de formas alternativas do conhecer, questionando-se o caráter colonial/eurocêntrico dos saberes sociais sobre o continente, o regime de separações que lhes servem de fundamento, e a ideia mesma da modernidade como modelo civilizatório universal.

A análise de Fernando Coronil se pauta em uma investigação dos efeitos da globalização neoliberal no pensamento social. O autor afirma que, (2005, 105-132) “para seus críticos, a globalização neoliberal é implosiva ao invés de expansiva, conecta centros poderosos a periferias subordinadas. Seu modo de integração é fragmentário ao invés de total. Constrói semelhanças sobre uma base de assimetrias. Em suma, unifica dividindo.” Logo, o mundo seria um espaço fragmentado, fraturado e dividido por novas formas de dominação, rechaçando a imagem de uma aldeia global no qual todas as pessoas seriam beneficiadas.

Ao invés do eurocentrismo dos discursos ocidentalistas anteriores, que opera através do estabelecimento de uma diferença assimétrica entre o Ocidente e seus outros, o “globocentrismo” – termo utilizado pelo autor – dos discursos dominantes da globalização neoliberal esconde a presença do Ocidente e oculta a forma pela qual este continua dependendo da submissão tanto de seus outros quanto da natureza; a proliferação deste modelo depende, inexoravelmente, da submissão de outros povos, de outros modos de pensar e agir, o que resulta em discursos dominantes da globalização que oferecem a ilusão de um mundo homogêneo que avança constantemente em direção ao progresso.

Dado que o mercado apresenta-se – no discurso da globalização neoliberal – como uma estrutura de possibilidades e não como um regime de dominação, este cria a ilusão de que a ação humana é livre e não limitada. Resultados como a marginalização, o desemprego e a pobreza aparecem como falhas individuais ou coletivas, e não como efeitos inevitáveis de uma violência estrutural.

Portanto, a globalização deve ser vista como um processo contraditório que inclui novos campos de luta teórica e prática. Diferentemente de outras estratégias de representação ocidentalistas que ressaltam a diferença entre o Ocidente e seus outros, a globalização neoliberal evoca a igualdade potencial e a uniformidade de todas as pessoas e culturas. Na medida em que a globalização funciona reinscrevendo as hierarquias sociais e padronizando as culturas e os hábitos, esta funciona como uma modalidade particularmente perniciosa de dominação imperial; assim como outrora fora constatado a dominação colonial européia, – tanto econômica, política e social, como do pensamento – a dominação imperial da globalização neoliberal em curso desde meados dos anos 1980 também deve ser estudada não somente nos âmbitos da economia, da política e do social, mas também na forma como o conhecimento é doutrinado, uma vez que a forma como as teorias são ensinadas, passadas às pessoas, é de suma importância para avaliar o modo como essas teorias se converterão em práticas sociais; não se pode abandonar a dialética na qual teoria e prática estão em constante diálogo, assim como não se pode relegar ao segundo plano as influências do modelo neoliberal na forma como o conhecimento é criado e disseminado.

O autor Francisco López Segrera realiza uma discussão acerca do tema proposto por Prigogine e Wallerstein, - e que se insere de maneira fundamental na discussão da colonialidade – o primeiro referente as ciências exatas e, o segundo, as sociais. Na visão do autor, “abrir as ciências sociais” significa,

“[...] desconstruir as barreiras disciplinares entre o ideográfico e o nomotético; integrar as disciplinas ideográficas e nomotéticas num método transdisciplinar; promover o desenvolvimento de pesquisas conjuntas, não apenas entre historiadores de um lado e antropólogos, economistas, politólogos e sociólogos de outro, integrando equipes transdisciplinares em torno de um tema de investigação, e além do mais integrar cientistas das ciências naturais e exatas em projetos conjuntos em que participem especialistas das ciências sociais e das ciências duras, e onde portanto o transdisciplinar não se esgote na fusão do ideográfico e do nomotético, e que além do mais também inclua as ciências duras”. (SEGRERA, 2005, p.203-226).

Logo, busca uma integração não somente entre as ciências sociais que outrora foram compartimentalizadas, mas conjuntamente um diálogo entre essas e as ciências naturais, exatas e duras, uma transdisciplinaridade que visa ir além da dos temas propostos por Prigogine e Wallerstein. Defende, portanto, uma integração na análise dos fenômenos sociais do ideográfico e do nomotético, e inclusive desta visão com as ciências duras; vale frisar que não quer dizer que o autor negue o legado das disciplinas autônomas, “mas sim sua menor relevância em análises desintegradas dos conhecimentos que podem oferecer-nos o conjunto delas.” (2005, p.203-226)

Immanuel Wallerstein propõe-nos as seguintes perspectivas no século XXI para as ciências sociais: a) a reunificação epistemológica das denominadas duas culturas, isto é, a das ciências e a das humanidades; b) a reunificação organizacional das ciências sociais; e c) a assunção pelas ciências sociais de um papel de centralidade (que não implica hegemonismos) no mundo do conhecimento. Visão esta que López Segrera (2005, p.203-226) ratifica e endossa sua participação e complementaridade. O fim das certezas de que fala Prigogine (1997, p.7-59) significa que o que realmente existe são certezas parciais que não prevalecem eternamente. Deve-se formular, portanto, previsões e hipóteses tendo em mente esta permanente incerteza.

Logo, propõe-se que as ciências sociais não enfoquem uma perspectiva única e exclusiva de recontagem dos fatos do passado, nem tampouco a simples busca de regularidades com uma visão a-histórica; uma forma diferente de se estudar a sociedade é sugerida, onde sejam consideradas análises que sejam condizentes e coerentes com as “certezas parciais” que não são eternas, que são incertas. Quando um sistema histórico vive sua etapa de desenvolvimento normal, as opções e alternativas para os atores sociais é bastante limitado. No entanto, quando um sistema histórico se encontra em fase de desintegração, o número de opções possíveis se amplia e as possibilidades de mudança são infinitamente maiores.

Para o autor, as duas influências teóricas que predominam nas ciências sociais latino-americanas atualmente – o neoliberalismo e o pós-modernismo – entranham certos perigos. O primeiro tende à reafirmação dogmática das concepções lineares de progresso universal e do imaginário do desenvolvimento e, a segunda, à apoteose do eurocentrismo. Logo, a terceira alternativa que o autor se propõem a realizar no que se refere às influências teóricas na América Latina busca se desvencilhar e propor algo novo para a realização de um pensamento social autônomo e condizente com análises da realidade que sejam transdisciplinares e adequadas a complexidade cada vez mais latente do mundo.

É importante estabelecer um conjunto de prioridades compartilhadas por todos, que dêem resposta às urgências da América, de sua sociedade civil e de suas classes políticas, para coordenadamente estabelecer uma nova agenda das pesquisas em ciências sociais na região. Pois, segundo Segrera,

“[...] se não somos capazes unidos de formular essa agenda, as ciências sociais da região perderão uma identidade conquistada a sangue e fogo, e presenciaremos não uma “crise de paradigmas”, mas a recolonização de nossas ciências sociais por paradigmas e agendas fixadas em função dos interesses do Norte desenvolvido”. (IDEM).

Em suma, López Segrera (2005, p.203-226) afirma que as vanguardas do pensamento científico na atualidade, tanto nas ciências sociais como nas naturais, devem visualizar a importância da transdisciplinaridade.

É necessário eliminar as fronteiras rígidas e artificiais não somente entre disciplinas próprias das ciências sociais, história, economia, direito, ou das ciências duras, física, matemática, biotecnologia, mas mesmo entre ciências sociais e humanas e as exatas e naturais.

Isto não implica, em absoluto, renunciar à especialização própria de cada disciplina, uma vez que a troca de saberes – mesmo que especializados – deve ser instigada.

4. Resistência – o pensamento social crítico latino-americano

De uma perspectiva latino-americana, a construção das ciências sociais ocidentais, e a imposição de sua teoria e seu método para o estudo da realidade social regional significaram um obstáculo para o desenvolvimento do potencial criativo do pensamento social latino-americano. Salvo algumas exceções e exceto alguns momentos especiais da história do pensamento latino-americano, o exercício e o desenvolvimento das ciências sociais na região estiveram profundamente marcados pelo seguimento das bases teórico-metodológicas das ciências sociais européias, criadas para estudar sua própria realidade, como fora discutido anteriormente.

Até meados do século XX, surgiram as principais elaborações teóricas de um pensamento social orientado para estudar e compreender as particularidades da realidade social latino-americana, principalmente, fora do âmbito acadêmico e da universidade. Quando o pensamento crítico surge a partir de uma articulação com a academia, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, pode-se constatar também tentativas sistemáticas de isolamento destas correntes de pensamento, de tentativas de desacreditar, de engendrar um desprestígio científico de sua produção, de obstáculos para o apoio financeiro a suas investigações e estudos, e até de perseguição política, principalmente no período no qual a América Latina esteve sob o domínio das ditaduras militares.

A partir da década de 1980, um novo cerco se estende ao redor do pensamento crítico latino-americano, com a hegemonia do pensamento neoliberal. Atualmente, vive-se na América Latina um novo momento de abertura das ciências sociais, marcado por uma emergência vigorosa do pensamento crítico que vem ganhando as novas gerações de pesquisadores e intelectuais. A riqueza e o potencial transformador dos processos sociais em curso estão obrigando a repensar as ferramentas teórico-metodológicas para o estudo e a análise da realidade social. Para avançar cientificamente, é necessário superar a visão do pensamento hegemônico, mais preocupado com a tarefa política de universalizar experiências particulares e as impor a partir de fortes estruturas de dominação.

As ciências sociais contemporâneas passam por profundas mudanças, durante pelo menos as duas últimas décadas, desde que o pensamento neoliberal começou a evidenciar sua crescente incapacidade explicativa e suas enormes limitações teórico-metodológicas para estudar, compreender e transformar o capitalismo complexo. Críticas profundas começam a ser formuladas, não apenas a partir do pensamento crítico, mas no interior do próprio pensamento dominante. Logo, há a oportunidade de avançar em direção a um desenvolvimento de uma historiografia das ciências mais inclusiva, que seja capaz de dar conta das contribuições das civilizações americanas, orientais e africanas às formas de produzir conhecimento e ao próprio conhecimento acumulado da humanidade como um todo, sem imposições ideológicas.

É indispensável desenvolver uma perspectiva de análise transdisciplinar, pois é necessário realizar uma crítica profunda da segmentação das ciências sociais que isolaram o conhecimento, desconectando-o uns dos outros, no qual não se possui uma visão de totalidade e globalidade, onde a complexidade dos processos sociais, econômicos e políticos contemporâneos é cada vez mais difícil de ser compreendida nesses marcos. Há, em conjunto, uma necessidade de aproximação teórica e metodológica que incorpore elementos-chaves de outros campos das ciências sociais e humanas que ajudem a dar conta desta complexidade.

A complexidade do mundo contemporâneo e a aceleração crescente do tempo histórico exigem respostas cada vez mais rápidas para a condução dos processos em curso, a partir da perspectiva dos elaboradores de políticas públicas ou para orientar as estratégias dos Estados, nações, grupos de interesses ou forças sociais e movimentos populares no contexto de suas lutas. O mundo que se apresenta é um mundo complexo, cujas análises simplistas são descaracterizadas e desacreditadas. A complexidade e um estudo integrado das disciplinas devem ser pontos cruciais nas novas diretrizes da formação, difusão e produção de conhecimento; não se busca anular ou desqualificar certa especialização disciplinar, e sim uma especialização que dialogue, interaja, que se integre com outras formas de pensar, outros campos de saber, para que o mundo complexo e as complexidades do mundo possam ser desbravadas e descobertas pelos pesquisadores e cientistas.

Logo, a realidade atual enseja que, através de múltiplos estudos, dos mais variados ramos de saber, a integração do conhecimento seja uma ferramenta fundamental para se analisar a complexidade do mundo contemporâneo. Não é mais possível a realização de um estudo – seja ele qual for – que não integre distintos ramos do saber, de maneira isolada e sem interferência. A necessidade de realização de um diálogo das disciplinas é condição *sine qua non* para que se possa buscar alternativas viáveis na busca de um conhecimento que possa compreender a realidade altamente dinâmica da atualidade.

5. A descompartimentalização do saber

Este é o ponto central ao qual foi exposto todo o debate acima. Realizou-se um esforço de sistematizar teorias para se chegar a uma conclusão inevitável: há a necessidade de uma descompartimentalização do saber no pensamento social mundial contemporâneo, com uma reapropriação do conhecimento para novas formulações teóricas transdisciplinares, com um pensamento mundial compartilhado, sem imposições ideológicas e hegemônicas.

Sucintamente, o que se buscou detalhar até o presente momento foi a possibilidade de uma nova forma de lidar com as ciências sociais na atualidade. A “nova ciência social” identificada com os sistemas complexos, implicam não somente novas zonas de interação entre diferentes disciplinas, mas novos pressupostos teórico-metodológicos que levem à reformulação do trabalho disciplinar e das investigações avançadas em ciências e humanidades.

Logo, serão expostos alguns autores que confrontam essas ideias do pensamento único – muito estimuladas pelo neoliberalismo – , assim como contrários as idéias da colonialidade,

mesmo que não utilizem a terminologia, e apontam novas formas de lidar com a ciência na atualidade.

Wallerstein (1996, p.35-36) já apontava para a reconstrução do pensamento científico, em *Abrir as ciências sociais*, afirmando que o desafio maior está em superar o legado científico do liberalismo, partindo de forças teóricas que apresentam uma história e uma trajetória de confrontação a ele.

Afirma também que a hegemonia estabeleceu o pensamento universalista-particularista – incorporado posteriormente pela hegemonia norte americana – ,baseado em duas premissas: de que o conhecimento se move do particular ao abstrato, e que o conhecimento deveria ser compartimentalizado em disciplinas particulares, tendo essas premissas implicações radicais para a organização e produção do conhecimento social mundial.

Autores como Wallerstein, Arrighi, e até mesmo Karl Marx, em seu tempo, apesar de serem taxados de economicistas por alguns, possuem um pensamento transdisciplinar por excelência, no qual articulam história, economia, ciência política, sociologia, geografia e relações internacionais como disciplinas distintas e inter-relacionadas em uma única ciência, influenciando diversos ramos do saber, segundo a visão de Carlos Eduardo Martins (2010, p.131-138).

Segundo Jean Piaget (1973, p.17-31) – o primeiro a fazer uso do termo, durante um congresso sobre interdisciplinaridade, no qual o prefixo “trans”, proposto pelo autor, significaria estar entre, através e além das disciplinas – a definição de transdisciplinar seria um estágio superior das relações interdisciplinares que não se contentaria em atingir as interações ou reciprocidades entre pesquisas especializadas, mas situaria essas ligações no interior de um sistema total sem fronteiras estáveis entre as disciplinas. Sendo assim, o que se busca é transcender este universo fechado pela ciência, estando a solução para além das fronteiras que cada disciplina se preocupa em estabelecer em torno de si mesma. O que o presente trabalho se propõe a utilizar diante do resultado obtido por esse entrelaçamento de disciplinas é justamente o “não-dito”, as subjetividades produzidas pela junção de cada disciplina específica.

Para Carlos Eduardo Martins (2004, p.85-105), a transdisciplinaridade é necessária para se pensar, principalmente, a relação do local com o mundial, sendo ela, inclusive, um diferencial e uma contribuição do pensamento social latino-americano em relação ao pensamento liberal norte-americano e europeu. Para ele, o neoliberalismo – focando-se no caso brasileiro – separou as disciplinas nas universidades brasileiras, a fim de criar saberes puros, restringindo o saber a determinado assunto. A proposta liberal foi, portanto, de dividir áreas de conhecimento em saberes específicos, apartados, em compartimentos específicos.

Logo, há de se ressaltar as limitações da universalização de um conhecimento histórico colocado a partir de uma perspectiva histórica que lhe atribui validade universal, imutabilidade e pertinência para o estudo de qualquer realidade social do planeta. Não se pode ver o desenvolvimento das ciências em geral, nem muito menos das ciências sociais, à margem do contexto político e do momento histórico em que surgem e se desenvolvem, se contradizem e se

superam, se apropriam e reapropriam. Logo, o conceito de verdades absolutas para qualquer tempo e espaço históricos deve ser descartado, no qual poder-se-ia realizar construções de “verdades relativas” – e ainda assim passíveis de serem contestadas – com a conjuntura que se delinea no tempo presente. Agrega-se ainda nessa discussão o fator da complexidade das mudanças econômicas, sociais e políticas, que obrigam a uma redefinição da própria teoria, sobretudo quando essa teoria pretende ser também um instrumento de ação política e social. A própria problemática metodológica de estudo tem que sofrer modificações para dar conta do objeto que pretende estudar.

Assim como a transdisciplinaridade, a interdisciplinaridade, entendida como a relação entre as várias disciplinas em que se divide o saber e a ação humana, é uma das soluções para um problema muito mais profundo, que tem relação com a unidade do ser e do saber, a unidade das ciências, das técnicas, das artes e das humanidades como um conjunto cognoscível sobre o qual se constrói a vida e o universo. Logo, deve-se ressaltar a importância da interdisciplinaridade para a reformulação epistemológica das ciências e das humanidades, sendo vista como fator fundamental, como base para uma nova construção metodológica e epistemológica das ciências como um todo.

6. Conclusão

Portanto, o intento do trabalho foi de procurar desenraizar-se desta corrente de pensamento liberal que busca inviabilizar uma comunicação entre os diversos ramos do saber, tornando-os segregados. Em outras palavras, pode-se concluir que a transdisciplinaridade nasce como alternativa para sair desta crise de fragmentação em que se encontra o conhecimento humano atualmente, conjuntamente com o exercício da descompartimentalização do saber, visando a troca de conhecimento sem uma imposição ideológica, cultural ou econômica por nenhuma das partes, a partir de uma perspectiva que busque romper com a colonialidade do saber, que trabalharia com leituras que não se limitariam aos campos disciplinares, colocando todos os saberes, sejam eles acadêmicos ou não, em paridade e igualdade, com as mesmas possibilidades de traduzir o mundo.

Coloca-se em questão também o exercício do questionamento e da realização de uma interpretação particular que seja condizente com uma bagagem individual abarcada em diversos saberes. A ideia central é que, pelo emprego de uma metodologia dialética, seria possível destruir e desmistificar rupturas e criar novos paradigmas metodológicos e epistemológicos, novos debates, que ensejem estas revisões buscando uma maior amplitude científica transdisciplinar que não se atém apenas ao que já está posto, e sim ao que pode surgir nos espaços vazios, nas “entrelinhas”, no “não-dito”.

Para que a plena realização de um pensamento social mundial – integrado, dialético, não coercitivo – seja alcançado, deve-se realizar uma negação do processo de homogeneização do pensamento, para que seja viável um projeto de civilização planetária, onde a hierarquia entre as disciplinas, assim como seu lugar no espaço e no tempo, não se faria presente e todos os pensamentos e a diversidade seriam passíveis de importância, consistindo um mundo que caibam todos os mundos.

A tarefa proposta para o pensamento social crítico latino-americano é de uma complexidade hercúlea; entretanto, a história dos povos desse continente nunca foi composta de facilidades. Pode-se até mesmo dizer que os desafios os incitam a romper barreiras, a superar os desafios, pois, se em mais de 500 anos de imposição hegemônica, de colonialidade, todavia surgem correntes contrárias a essa coerção, que buscam alternativas viáveis para seus projetos civilizacionais, os reptos que são apresentados são passíveis de serem superados pelo sentimento e pela paixão que o povo latino-americano possui por suas raízes, pela sua história.

O desafio que o pensamento social crítico latino-americano encontra é o de realizar uma descompartmentalização desse saber. O presente trabalho, ao longo dos tópicos apresentados, buscou sintetizar e apresentar um pequeno esboço, ainda que embrionário e que necessita de uma discussão maior, acerca das alternativas e dos esforços até agora realizados nessa direção, sendo que é preciso um esforço ainda maior para que esse objetivo de desalojar os diversos saberes de caixas hermeticamente fechadas seja alcançado, uma vez que uma relação dialética dos diversos saberes conjuntos em direção a conhecimentos que busquem lidar com a complexidade do mundo contemporâneo deveria se perpetuar como a base sólida da produção científica do século XXI. 🌐

NOTAS

* Alunos de Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). E-mail: bernardo_salgado_@hotmail.com e talita.estrella@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Algumas notas históricas sobre hegemonia. **Margem esquerda, ensaios marxistas**, volume 14, Boitempo Editorial, [S.l.]. 2010.

BRUCKMANN, Monica. Ou inventamos ou erramos: a nova conjuntura latino-americana e o pensamento crítico. **Tese de Doutorado de Monica Bruckmann**, Departamento de Ciência Política – UFF, Niterói, 28 de fevereiro de 2011.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

LÓPEZ SEGRERA, Francisco. Abrir, “impensar” e redimensionar as ciências sociais na América Latina e Caribe. É possível uma ciência social não eurocêntrica em nossa região?. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

MARTINS, Carlos Eduardo. As ciências sociais e os desafios da globalização. **Revista de La Facultad de Economía**, BUAP, año IX, Número 27, Septiembre-Diciembre de 2004.

MARTINS, Carlos Eduardo. Giovanni Arrighi: um pensamento para o século XXI. **Margem esquerda, ensaios marxistas**, volume 14, Boitempo Editorial, [S.l.].2010.

PIAGET, Jean. **A Situação das Ciências do Homem no Sistema das Ciências**. Ed. Livraria Bertrand, 1973.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas**. Editora UNESP, [S.l.]. 1997.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad y Modernidad-razionalidad". BONILLO, Heraclio (comp.). **Losconquistados**. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. 1992.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

SANTOS, Theotonio dos. **A teoria da dependência: balanços e perspectivas**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, Theotonio dos (Coord.); MARTINS, Carlos Eduardo; BRUCKMANN, Monica (org.) – **Países emergentes e os novos caminhos da modernidade**. Brasília: UNESCO, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Abrir las ciencias sociales – Informe de la Comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales**. Coordenado por Immanuel Wallerstein. Siglo XXI editores, [S.l.]. 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Heritage of Sociology. The Promise of Social Science **Presidential Address** (Montreal) 26 de julho, **XIV Congresso Mundial de Sociologia**. 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. O tempo, a duração e o terceiro não excluído: reflexões sobre Braudel e Prigogine. **Fernand Braudel – Tempo e história**. Organizador: Marcos Antônio Lopes, Editora FGV. 2003.